

OK!



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RESOLUÇÃO Nº. 188 /2013

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 11/01/2013

PROCESSO Nº. 1/4960/2009

AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/200914340-7

RECORRENTE: GUANABARA EXPRESS TRANSPORTE DE CARGAS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: Francisco Aldecir Arcanjo Cisne


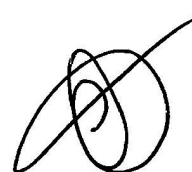
MATRICULA: 064.318-1-x

RELATOR: Conselheiro Cicero Roger Macedo Gonçalves

EMENTA: ICMS – 1. ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE OU RECEBIMENTO DE MERCADORIAS DESTINADAS À CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF. 2. A empresa transportadora conduzia mercadorias para destinatário baixado do CGF. **3.** Confirmada a decisão de **PARCIAL PROCEDENCIA**, haja vista equívoco do fiscal autuante no que diz respeito ao *quantum* da penalidade aplicada, em conformidade com o parecer da *Consultoria Tributária* adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **4.** Infringência aos artigos 131, V, 170, II, alínea “i” e art. 829 todos do Decreto 24.569/97. **5.** Penalidade prevista no art. 123, III alínea “k” da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

RELATÓRIO:

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato:
“Entrega, remessa, transporte ou recebimento de mercadorias ou bens destinados a contribuinte baixado do CGF. Transportador conduzia mercadorias (NFS 5464041; 5463971; 5463961; 5464031; 5463981; 5464001; 5464011; 5463801; 5463821; 5463811; 5463941; 5463942; 5463951 e 5463952) para contribuinte CGF 2932373 baixado a pedido implicando a presente infração. O valor das notas fiscais é de R\$ 12.378,58”. . O ilícito fiscal supramencionado originou-se de uma fiscalização em trânsito junto à empresa Guanabara Express Transporte de Cargas S/A, inscrita no CNPJ nº 08.707.061/0001-03.



1/6



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, inciso III, alínea “k” da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/03. Por tais fatos, foi produzida a demonstração que se segue:

Base de Cálculo	12.378,58
Alíquota	17,00%
ICMS (principal)	R\$ 2.104,36
MULTA	R\$ 3.713,57
TOTAL	R\$ 5.817,93

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Auto de infração nº 200914340-7;
- Informações Complementares às fls. 03;
- Termo de Retenção ou Apreensão nº 225/2009;
- Certificado de Guarda de Mercadoria nº 101/2002;
- Notas fiscais às fls. 08/36;
- Termo de Revelia à fl.41;
- Despacho à fl. 42;

O prazo transcorreu *in albis*, sem que a autuada recolhesse aos cofres fazendários o valor devido ou ofertasse impugnação. Destarte, foi instaurada a relação contenciosa, pela revelia, nos termos do art. 77 do Decreto 25.468/99. Termo de revelia lavrado em 24/11/2009.

Às fls. 44/46 temos o julgamento monocrático que decide pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da ação fiscal por entender que o autuante equivocadamente considerou uma penalidade de 30% do valor da operação quando deveria ter aplicado uma multa de 20% conforme se observa no Art.123, inciso III, alínea “k” da Lei 12.670/96.

O contribuinte apresentou recurso voluntário às fls. 54/59 em que passou a asseverar sobre a ilegitimidade passiva da recorrente, informando que o transportador das mercadorias não pode ser responsabilizado pelas obrigações tributárias de terceiros. Neste sentido afirmou que a responsabilidade do transportador é apenas subsidiária, o que significa dizer que somente será responsável na incapacidade de identificação do contribuinte ligado diretamente



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

ao fato gerador. Por fim requereu a **IMPROCEDENCIA** do Auro de infração com a consequente reforma da decisão singular.

Através de Parecer de Nº 485/2011 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, para que seja ratificada a decisão de **PARCIAL PROCEDENCIA** do processo.

Eis, o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso voluntário interposto pela **GUANABARA EXPRESS TRANSPORTE DE CARGAS S.A** em face da recorrida **CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA** objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. 1/200914340-7. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por *entrega, remessa, transporte ou recebimento de mercadorias ou bens destinados a contribuinte baixado do CGF*, referente à fiscalização em trânsito.

1. Das Preliminares

Não há preliminares a serem examinadas, uma vez que não foram suscitadas pela recorrente, bem como não existem matérias cognoscíveis de ofício a serem argüidas; motivo pelo qual passo a conhecer diretamente do *meritum causa*.

2. Do Mérito

O presente caso cinge-se em saber se o contribuinte em questão possui responsabilidade subsidiária pelo recolhimento do imposto ICMS referente à sua atividade de transporte mercadorias. Neste sentido o Código Tributário Nacional em seu artigo 121 define o sujeito passivo da obrigação tributária:

Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Parágrafo único. O sujeito passivo



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

da obrigação principal diz-se: I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Também sobre a responsabilidade tributária, dispõe o Código Tributário Nacional:

Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Diante do exposto, percebemos que as alegações trazidas pelo contribuinte em sede de recurso, ao questionar a respeito de sua responsabilidade solidária, não carece de maiores questionamentos, pois cristalino a vontade do legislador em atribuir como responsáveis, também, os terceiros vinculados ao fato gerador da obrigação.

Desta forma, a hipótese da responsabilidade de terceiros somente pode ser admitida desde que este se encontre vinculado ao fato gerador da obrigação do contribuinte ou quando transportar mercadorias sem a devida documentação fiscal hábil para acobertar a sua circulação. Neste sentido assevera a legislação estadual que o transportador também é responsável pelo pagamento do ICMS, à luz que dispôs o art. 16, II, alínea "c" da Lei 12.670/96, *in verbis*:

Art. 16. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

(...)

II – o transportador, em relação à mercadoria:

(...)

c) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou acompanhada de documento fiscal inidôneo ou com destino a contribuinte não identificado ou baixado do Cadastro Geral da Fazenda – CGF.

Portanto, podemos concluir que o fato da transportadora realizar a movimentação das mercadorias acobertada por notas fiscais indicando como destinatário contribuinte já baixado do CGF, implica em irregularidade fiscal sendo consideradas inidôneas. Observa-se que a ausência ou a falta de preenchimento de alguns requisitos fundamental de



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

validade e eficácia da documentação em tela, implica na irregularidade capitulada no art.829 do Decreto 24.569/97 *in verbis*:

Art. 829. Entende-se por mercadoria em situação irregular aquela que, depositada ou em transito for encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria ou acoberte o transito de mercadoria para contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, sendo esta inidônea, na forma do art. 131.

Ademais, observamos ainda que o autuante, ao indicar como penalidade o art. 123, III, alínea "k", considerou o percentual de 30%, quando, no rigor da lei, deveria ter aplicado o percentual de 20%, ocasionando um agravo ainda maior ao recorrente.

Desta forma entendo que a multa aplicada merece reparo sendo reduzida para o valor de R\$ 2.475,71 conforme regulamentação legal, resultando no montante a ser arrecadado ao erário estadual o valor de R\$ 4.580,07.

DO VOTO

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, no sentido de manter a decisão exarada em instância singular, para, julgar **PARCIAL PROCEDENTE** a ação fiscal, conforme parecer da *Consultoria Tributária*, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo	R\$12.378,58
Alíquota	0,00%
ICMS (principal)	R\$ 2.104,36
MULTA (20%)	R\$ 2.475,71
TOTAL	R\$ 4.580,07



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **GUANABARA EXPRESS TRANSPORTE DE CARGASCIA** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **parcial procedente** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 20 de maio de 2013.

Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE

Aderbalina Fernandes Scipião
Conselheira

Maria Lucineide Serpa Gomes
Conselheira

Lúcia de Fátima Calou de Araújo
Conselheira

Valter Barbalho Lima
Conselheiro

Cícero Roger Macedo Gonçalves
Conselheiro Relator

Filipe Pinho da Costa Leitão
Conselheiro

Agatha Louise Borges Macedo
Conselheira

Samuel Aragão Silva
Conselheiro

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO